



Como romper o silêncio do racismo.
E ouvir, entre as vozes,
as filhas da Palestina

Juliana Kiyomura Moreno

Islam, decolonialidade e(m) diálogos plurais, de Francirosy Campos Barbosa, Ana Maria Ricci Molina, Patrícia Simone do Prado e Flávia Andrea Pasqualin (orgs.), São Paulo, Ambigramas Editorial, 2022, 336 p.

Uma nova face do Brasil começa a ser delineada e a história oficial vai se decompondo por pesquisadores que buscam

um diálogo interdisciplinar para trazer realidades silenciadas. Uma referência singular é o livro *Islam, decolonialidade e(m) diálogos plurais*, lançado em comemoração aos dez anos de atividades do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (Gracias) da Universidade de São Paulo que, em sua trajetória, tem promovido debates, cursos e desenvolveu, entre outras pesquisas, um estudo sobre os muçulmanos e muçulmanas que vivem no país e enfrentam a islamofobia.

A edição conta com a organização da professora e antropóloga Francirosy Campos Barbosa, fundadora do Gracias, e das pesquisadoras Ana Maria Ricci Molina, Patrícia Simone do Prado e Flávia Andrea Pasqualin. Em suas 336 páginas, reúne textos que abordam, como o próprio título sugere, o

Islã em uma diversidade de engajamentos e posicionamentos. Sob a pesquisa de antropólogos, psicólogos, pesquisadores do direito, da pedagogia, das ciências sociais, entre outras áreas, propicia uma reflexão sobre a decolonialidade em diálogos plurais. “Este livro surge do cruzamento de dois campos de reflexão de extrema importância para o contexto atual: estudos sobre o Islã e teorias decoloniais”, comenta Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, que assina a contracapa. “O Islã como campo discursivo de construção de alteridades culturais ocupa um papel central no imaginário político internacional, o que é refletido na importância do mundo muçulmano como arena de construção da geopolítica contemporânea.”

JULIANA KIYOMURA MORENO é doutoranda em Sociologia em sistema de dupla titulação pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e pela Université Paris 8/Vincennes – Saint-Denis (França).

O professor afirma que “ironicamente, as aventuras imperiais contemporâneas coexistem com uma crescente reavaliação e questionamento das estruturas de dominação e desigualdade herdadas de ordens políticas coloniais e imperiais que já passaram à história”. Destaca: “A intercessão entre esses campos produz um ponto de observação privilegiado para interrogar os diversos campos de reflexão que perpassam os diferentes artigos que compõem este livro: gênero, sexualidade, feminismo, religião, subjetividade, possessão, cura, preceitos alimentares e, enfim, o próprio fazer acadêmico”.

No Prólogo, Joanildo Burity, historiador, sociólogo e pesquisador titular da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), questiona: “O que dizer sobre a contribuição decolonial aos estudos da religião?”. E propõe: “Precisamos descolonizar essa ideia de que o catolicismo europeu veio para a América, a colonizou e as identidades americanas se tornaram infundidas pelo substrato cultural e religioso do catolicismo – transformando-se numa espécie de fundamento metafísico a ser firmado ou combatido [...]”.

O caminho para as respostas deste e de outros questionamentos se apresenta para o leitor em três blocos que pontuam os dez anos de estudos do Gracías, propiciando um diálogo entre o passado, o presente e, ao mesmo tempo, deixa entrever o futuro.

A Parte 1, Gracías e Questões Decoloniais, reúne cinco temas: “Política de escrita: uma leitura possível para o Grupo de Antropologia em Contextos Árabes e Islâmicos (Gracías)”, de Ana Maria Ricci Molina e Flávia Andrea Pasqualin; “Reflexões de uma iminente psicóloga: por uma formação em psicologia atenta à decolonialidade”, de Isabella Macedo de Lucas; “Sangue lavado:

psicanálise, branquitude e implicações subjetivas para negra/e/os e não negra/e/os”, de Mariana Leal de Barros; “Colonialidade e subalternidade no contexto latino-americano”, de Danilla Aguiar; e “Palestina: um silêncio a ser narrado”, de Ashjan Sadique Adi.

Os textos fluem, se completam e imprimem um retrato da realidade atual. “Política de escrita: uma leitura possível para o Grupo de Antropologia em Contextos Árabes e Islâmicos (Gracías)” abre o livro. O artigo é resultado das pesquisas das psicólogas, professoras e integrantes do Gracías Ana Maria Ricci Molina e Flávia Andrea Pasqualin, ambas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). “Consideramos que nossa inserção no campo-Gracías nos trouxe linhas de pensamento-registros feitas das conversas realizadas à mesa, entre todos os colaboradores do grupo de pesquisa”, observam. “Disso permitem-se que saberes e práticas desenhem uma política sobre a vida, o fazer ciência, conforme os encontros proporcionados pelos olhares e as escutas dos outros-conosco vividos no campo etnográfico e percorridos na escrita.” Importante destacar que o texto é fruto de uma comunicação oral realizada em 2019, ocorrida na FFCLRP-USP, porém com os dados atualizados.

O relato de Isabella Macedo de Lucas como estudante de graduação em Psicologia do último ano na Universidade de São Paulo traz a sua vivência crítica. E, como ela mesma define no título do artigo, “Reflexões de uma iminente psicóloga: por uma formação em psicologia atenta à decolonialidade”. Observa, no entanto, a Universidade de São Paulo através de índices que comprovam que a USP, até 2014, tinha menos de 30% de alunos vindos das escolas públicas.

Seu texto traz uma proposta de decolonização do currículo de Psicologia com uma base multicultural e interdisciplinar diante da diversidade das pessoas.

Na sua trajetória, o Gracias atua na formação do pensamento crítico. “Hoje, os saberes decoloniais ainda enfrentam violências, mas já não nos chegam como alienígenas”, observa Mariana Leal de Barros, psicanalista e pós-doutora em Antropologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. “A crise sanitária, social e política de 2020 evidenciou que a condução do mundo moderno se mostrou fracassada e, se pretendemos adiar o fim do mundo, coletivamente, muita coisa precisa se arranjar. Há que se caber muitos mundos neste mundo, mas coexistência não parece ser uma possibilidade no espectro da branquitude e dos modos de existência herdeiros da colonialidade.”

O artigo “Colonialidade e subalternidade no contexto latino-americano”, de Danilla Aguiar, apresenta, diante dos novos desafios da globalização, as novas questões que emergem para as ciências sociais. A socióloga, pedagoga e professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) propicia uma visão abrangente das perspectivas contemporâneas e também de uma América Latina que se busca e se reinventa. “O debate sobre a colonialidade – que se debruça sobre os traços e heranças estruturais legadas pelo colonialismo – nos aproxima de uma resposta coletiva às várias perspectivas contemporâneas de dominação e, fundamentalmente, abraça como tarefa a busca por independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo.”

O texto de Ashjan Sadique Adi, psicóloga e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação da FFCLRP-USP traz a sua própria vivência. “Ao escrever um artigo sobre a Palestina, sinto todo o peso da minha história, da história de meu povo. Sinto-me ensanguentada por todos os crimes cometidos contra ele.” Com este depoimento, ela abre o seu artigo. “O atual governo assumiu o poder no domingo, dia 13 de junho de 2021, e dois dias depois, em 15 de junho, a Faixa de Gaza foi bombardeada, parecendo logo disposto a mostrar a que veio, o mais do mesmo da violência e opressão que assolam a Palestina há exatos 73 anos, embora esse projeto de morte tenha se iniciado já em 1897, com a realização do Primeiro Congresso Sionista, na cidade da Basileia, Suíça [...]”

A Parte 2, *Islam Plural*, reúne textos que levam à compreensão da cultura, religião e também do cotidiano das mulheres e homens muçulmanos que buscam a sua integração no Brasil. O tema que abre esse bloco – “O pluralismo do cotidiano religioso: a alimentação *halal* de muçulmanas e muçulmanos no Distrito Federal” – resulta da pesquisa coletiva dos professores Shadia Husseini de Araújo, da Universidade de Brasília (UnB), Sônia Cristina Hamid e André Gondim do Rego, ambos do Instituto Federal de Brasília (IFB). Sob um ângulo inusitado, os pesquisadores revelam a religiosidade através do consumo de alimentos conforme os preceitos islâmicos, ou seja, a alimentação *halal*. E contribuem com o debate acadêmico sobre pluralidade religiosa.

“O Islã e as práticas religiosas e culturais dos muçulmanos” traz o estudo da antropóloga e socióloga Vera Lúcia Marques da Silva, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em cooperação

com a Universidade Nova de Lisboa (Nova FCSH). Apresenta os resultados de sua pesquisa realizada com grupos de muçulmanos encontrados nas comunidades islâmicas no Brasil e em Portugal. Segundo a autora, os muçulmanos são múltiplos, assim como são múltiplas as práticas religiosas.

“É muçulmano todo aquele que abraçar voluntária e livremente o Islã mediante a ‘conversão’ ou aquele que nasce numa família de origem islâmica. Muçulmano é aquele que segue a religião pela ortodoxia e ainda é aquele que, baseado nos seus ambientes socioculturais, absorveu alguns traços que diferem da origem árabe. E isso pode ser observado tanto no modo de se vestir como de se comportar dos muçulmanos de várias origens étnicas e culturais.”

Comenta: “Quem joga luz sobre a questão das peculiaridades do ‘ser muçulmano’ é Tariq Ramadan, ao afirmar que os muçulmanos estão construindo as suas próprias formas de ‘Islã’, europeu, americano e outros, mantendo a fidelidade aos princípios islâmicos, mas com a cara de suas próprias culturas”.

“Pelos caminhos do coração, os caminhos da pesquisa: construindo sentidos sobre sexualidade e saúde mental com mulheres muçulmanas brasileiras” é o tema da psicóloga e doutoranda Camila Motta Paiva, da FFCLRP-USP. Com a orientação de Francirosy Campos Barbosa, a autora questiona e revela a realidade das mulheres muçulmanas brasileiras. Observa: “A incessante busca por conhecimento é um dever de todo muçulmano e de toda muçulmana, e por acaso não era também esse o meu propósito ali? Foi assim que me aproximei dessas ainda tão mal conhecidas (Cardeira da Silva, 1997)

mulheres muçulmanas brasileiras revertidas, o que me levou a constatar a necessidade de delimitar a etnografia entre elas: para romper com a arraigada concepção de que muçulmanos são necessariamente árabes – o Islã está presente globalmente e cada vez mais coloca novas questões em evidência”.

O texto “Discursividades islamofóbicas e populismo: o caso brasileiro” fecha o segundo bloco do livro. Escrito por Felipe Freitas de Souza, pedagogo e doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), traz um panorama da islamofobia no atual cenário político e social.

O autor, já na introdução do texto, faz uma síntese da realidade:

“A ascensão de grupos classificados à direita no espectro político é uma tendência que caracterizou o século 21 e que culmina no cenário contemporâneo do início da terceira década deste século: os Estados Unidos marcados por republicanos radicalizados; a Alemanha com o Partido Alternativa para a Alemanha e sua xenofobia; o Partido Nacional Britânico, também xenófobo, na Inglaterra; a França agindo como se movida por uma islamofobia de Estado; e mesmo o anti-islâmico Narendra Modi, na Índia, sendo mais um representante desse segmento político dos que se alinham à extrema direita e ao nacional populismo”.

Depois de apresentar este cenário internacional, Souza procura despertar as reflexões sobre o que acontece no Brasil. Cita a ascensão do presidente Jair Bolsonaro e de sua família na figura de seus três filhos que passaram a ocupar cargos no Poder Executivo. Assinala:

“Se considerarmos que o início deste texto está correto, indicando a ascensão mundial de grupos à direita do espectro político, nesse mesmo sentido é que a islamofobia, enquanto fenômeno planetário, uma Islamofobia Global, poderá ser identificada. Herdeira do orientalismo, colonialismo e imperialismo, são as manifestações de desprezo e repulsa pelo Islam e pelos muçulmanos, com suas várias justificativas (racismo, xenofobia, intolerância religiosa, misoginia contra muçulmanas etc.), que irão compor o que se compreende como islamofobia”.

Segundo o autor, o caso brasileiro é mais um daqueles como os que apreendem uma questão global, a islamofobia, e a manifestam localmente. E assim conclui: “A islamofobia se manifesta em diferentes espaços sociais em suas manifestações discursivas e em espaços virtuais; violências físicas contra indivíduos muçulmanos e contra edificações islâmicas, por exemplo, não foram o foco de nossa abordagem, apesar de (infelizmente) existir material nesse sentido para o estudo desse fenômeno de origem global, mas de impactos locais”.

Na terceira e última parte, *Religiosidade-Espiritualidade, Islam e Gênero*, é possível refletir sobre diálogos plurais. E o mais importante: traz questionamentos que estão no cotidiano da academia e da sociedade. O texto que abre este debate tem a pesquisa dos psicólogos Vivian Fukumasu da Cunha, doutorada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal; Lucas Rossato, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP); Manoel Antonio dos

Santos, professor titular do Departamento de Psicologia da FFCLRP/USP, e Fábio Scorsolini-Comin, professor do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica e do Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem da EERP-USP.

Em “Religiosidades e espiritualidades na universidade: um diálogo reflexivo a partir das práticas em saúde”, os autores observam que “nas últimas três décadas, um corpo de evidências tem comprovado que o envolvimento religioso-espiritual tende a favorecer a saúde e a longevidade das pessoas, impactando a saúde mental e física, com benefícios que se refletem no funcionamento biológico e nos índices de morbidade e mortalidade”. Os pesquisadores apresentam os conhecimentos abordados por uma “farta literatura”, como eles próprios definem, que investiga a religiosidade/espiritualidade e suas relações com o comportamento e modos de vida das pessoas.

O artigo “A lição de Soraia: reflexões etnopsicanalíticas sobre alteridade, possessão e conflito em práticas umbandistas de cura” traz a pesquisa de Alexandre Mantovani, psicólogo e doutor em Ciências pela FFCLRP/USP. A partir da apresentação de um estudo de caso, Mantovani vai desconstruindo reducionismos e teoricamente apresentando elementos para a compreensão da etnopsicanálise ao longo de seu trabalho. “Proponho que não se utilize a psicanálise como teoria explicativa da umbanda. A psicanálise não explica a umbanda, porém, pela complexidade do fenômeno religioso e pela possibilidade de se desempenhar a escuta psicanalítica em campo, a espiritualidade umbandista torna-se um campo fértil para a exploração dos fenômenos complexos, os quais interessam muito ao psica-

nalista e ampliam as fronteiras do estudo do inconsciente”, esclarece.

Por sua vez, em “Construção da intimidade: concepções sobre sexualidade e relações de gênero de jovens adultos estudantes do ensino superior”, Eduardo Name Risk, professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, e Manoel Antônio dos Santos, professor titular do Departamento de Psicologia da FFCLRP/USP, trabalham “sob a lente das análises interseccionais”, construindo um detalhado percurso histórico e sociológico até delinearem o paralelo com os contornos atuais em relação a esse debate. “A pesquisa de campo indica que as(os) entrevistadas(os) consideram importante a existência de um relacionamento relativamente equilibrado entre homem-mulher, inclusive no campo da afetividade, o que sugere a incorporação de códigos culturais renovados que se manifestam nas representações sobre masculinidade e feminilidade.” Seja por “não se prenderem exclusivamente a ritos, tais como casamento, noivado etc., visto que não se veem obrigados a cumpri-los, além de valorizarem a autonomia de cada um para estabelecer modalidades de relacionamento que lhes sejam mais satisfatórias em determinados momentos, o que não significa que não pretendam estabelecer relacionamentos duradouros futuramente”, concluem.

Já Gisele Fonseca Chagas, antropóloga e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em seu artigo “Masculinidades muçulmanas no Brasil: Algumas reflexões etnográficas” traz uma contribuição sobre gênero e Islã apresentando os modos como concepções de masculinidade são elaboradas e colocadas em prática por homens muçulmanos no

contexto brasileiro. A análise é resultado de um trabalho de campo etnográfico em diferentes mesquitas e mussalas (ou salas de oração) no Brasil, com destaque para as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Foz do Iguaçu, entre 2013 e 2016. “Todos os homens com os quais dialoguei são brasileiros, sunitas ou xiitas, com ou sem ascendência árabe, sendo alguns convertidos”, explica a antropóloga, que, para preservar a identidade dos interlocutores, utilizou pseudônimos. São entrevistas que estabelecem uma relação de confiança, importante para que as histórias fluíssem. A autora narra: “José, um brasileiro convertido há 20 anos, me contou sua história: filho de pais brasileiros cristãos, ele recebeu uma educação católica, mas raramente ia à igreja. Quando adolescente, escutava música *pop* e ia a baladas, intensificadas na época em que cursava graduação em administração. Em suas palavras, ‘tinha uma vida boa, mas era espiritualmente vazio e triste’”.

Cila Lima, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, questiona em seu artigo “O que é o feminismo islâmico?”. Como pesquisadora do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM), domina o tema, e seu texto passa a ser uma referência. “O feminismo islâmico possui uma narrativa que tem munido as mulheres muçulmanas para o debate sobre os seus *status* na sociedade e, com isso, conscientizá-las sobre a necessidade de espaços para mais cidadania e igualdade nas relações entre os gêneros. Esse movimento feminista é estruturado por inúmeras ONGs espalhadas em vários países muçulmanos e diásporas, que apostam na propagação, como efeito dominó e ramificado, de mudanças das consciências”, explica.

A questão continua no artigo “Sobre feminismos decoloniais: a ‘cultura’ enquanto uma dimensão de opressão interseccional no corpo das mulheres muçulmanas”. Elzahrâ Mohamed Radwan Omar Osman, doutoranda em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB), inicia o texto com uma breve caracterização dos feminismos decoloniais. “Os feminismos das mulheres racializadas pela colonialidade trouxeram para o campo teórico e prático do feminismo importantes reflexões referentes à necessidade de situar a luta das mulheres do sul histórico a partir dos processos de colonização e subalternização”, observa.

Sobre o corpo das mulheres muçulmanas, a autora destaca:

“A cultura como um discurso racista tem sido utilizada como um projeto civilizatório que incide, principalmente, sobre o corpo das mulheres dos outros. Pode-se dizer que uma das armas mais potentes dos colonialismos se dá por meio de uma retórica salvacionista sobre a necessidade de modernizar, ilustrar e liberar mulheres que viviam sob o jugo de homens irracionais, inferiores e incivilizados. Nada que a ilustração, ou um projeto de colonização cultural (que deveria se dar por meio da ocupação e do controle político e militar), não pudesse arrefecer. Assim que sobre o corpo das mulheres incidem as retóricas sobre o atraso das culturas orientais, mas também as resistências a esse discurso advindas dos neotradicionalistas e/ou islamistas que pretendem resguardar a cultura, a fé e os bons costumes por meio da jurisdição sobre as mulheres”.

O artigo que finaliza o livro, “Feminismo – adjetivo islâmico: quando são as mulheres

muçulmanas que reivindicam o direito divino”, traz o conhecimento e as reflexões críticas de Francirosy Campos Barbosa, professora do Departamento de Psicologia da FFCLRP-USP, e Clarice Lima, doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Resulta de diálogos das pesquisadoras com duplo pertencimento: acadêmicas e muçulmanas. Uma posição que, segundo as autoras, “cria bastante ruído dentro da comunidade islâmica”.

As autoras traçam um panorama da violência contra a mulher “estrutural e histórica, independente do país, religião e raça”. Lembram que em todos os extratos sociais se encontram mulheres e seus direitos violentados. Trazem um panorama da atual sociedade brasileira, lembrando que a mulher ainda necessita ser protegida pelo Estado. Citam as leis, no Brasil, para conter a violência: Maria da Penha, de 22 de setembro de 2006, que em duas décadas conseguiu reduzir 10% dos casos de violência, e a Lei do Feminicídio, de 9 de março de 2015, criada para conter a “banalização” dos assassinatos de mulheres.

O histórico do feminismo islâmico que emerge no fim do século XX, nas décadas de 1980 e 1990, é contextualizado. As autoras argumentam que, “assim como qualquer feminismo, o islâmico, isto é, o movimento voltado a pensar problemas vivenciados por mulheres muçulmanas, não é homogêneo, não tem uma linha de pensamento que seja compartilhada por todas que se dizem feministas islâmicas”. E reiteram: “É preciso tratar o feminismo islâmico como movimento de mulheres muçulmanas, que é o que ele é, e não como algo parte da religião; é parte da política de ação e proteção às mulheres e suas demandas”.